

## A linguagem midiática e o reforço de estigmas capacitistas sobre pessoas com deficiência



<https://doi.org/10.56238/sevened2023.006-102>

### Jennifer Camargos Gontijo Silva

Jornalista com formação pela Universidade Estácio de Sá – MG. Pessoa com deficiência.

E-mail: Jennifercamargos2013@gmail.com

### Antônio Janiel Ienerich da Silva

Pessoa com deficiência e jornalista com formação pela Universidade Feevale. Membro do Grupo de Estudos do CNPQ - Grupo de Pesquisas e Extensão em Educação, Inclusão e Trabalho - GEIT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

E-mail: antonio.ienerich@gmail.com

### Henrique Alexander Keske

Doutor em Filosofia pela UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS. Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Advogado. Professor de Direito da Faculdade Estácio/RS. Membro do Grupo de Estudos do CNPQ - Grupo de Pesquisas e Extensão em Educação, Inclusão e Trabalho - GEIT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

E-mail: hiquekeske@hotmail.com

### RESUMO

O objeto de estudo do presente artigo se reveste do caráter de analisar, qualitativamente, o conteúdo discursivo da linguagem midiática, com base em estudo de caso, em que se procuram evidenciar os reforços de estigmas capacitistas sobre pessoas com deficiência. Para tanto, questiona-se o significado de corpos inadequados para se procurar entender, como objetivo, a relação entre o preconceito e o capacitismo. Aborda-se a relação entre mídia e deficiência, apresentando os casos específicos do emprego de narrativas constantes no site Razões para Acreditar. O problema de pesquisa se expressa pela questão norteadora de mostrar a tensa relação identificada no discurso midiático analisado, em que os estereótipos lançados sobre as pessoas com deficiência, ao invés de serem desconstruídos, acabam por contribuir para expressar os estigmas sociais que reduzem a condição de pessoa, à deficiência.

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência, Capacitismo, Deficiência, Linguagem midiática, Estereótipos e estigmas sociais.

## 1 INTRODUÇÃO

Partindo-se do pressuposto de que, desde seu surgimento, os meios de comunicação têm a capacidade de transformar, indagar e moldar modos de pensar e de viver, que impactam as sociedades e suas futuras gerações, o que se verifica ainda mais, agora, com o advento da internet e das redes sociais, o presente estudo se volta para analisar a linguagem midiática, em estudo de caso focado em site específico, intitulado “Razões para Acreditar”, com a finalidade de identificar o reforço de estigmas capacitistas lançados sobre as pessoas com deficiência.

Ainda que se reconheça que os meios de comunicação são capazes de mudar realidades, parece haver pouca preocupação em modificar a forma como o jornalismo retrata pessoas com deficiência, além do baixo investimento para que o jornalismo brasileiro abandone a narrativa capacitista e se torne aliado daqueles que ainda enfrentam desafios para serem vistos e ouvidos. Por esta razão é urgente



ampliar os estudos que discutam a importância da relação entre o jornalismo e o preconceito contra pessoas com deficiência, pois, através desses estudos se apresentam novos debates, levantando questionamentos e aprofundando o conhecimento sobre o tema.

Visando contribuir com essa discussão, este artigo, através de quatro estudos de caso retirados do site Razões para Acreditar, tem por objetivo expor e exemplificar percepções que a sociedade possui acerca de pessoas com deficiência — percepções estas que, em sua maioria, oscilam entre considerar as pessoas com deficiência ora como um exemplo de superação, ora como um peso social, limitando o olhar às vidas deficientes. Ademais, se objetiva mostrar o papel da mídia na potencialização da narrativa capacitista, ainda operante na sociedade, bem como a exploração midiática das percepções do público sobre essa minoria.

Para tanto, se faz questionamentos acerca do que se pode considerar como corpos normais, confrontado tais conceituações com os padrões estéticos idealizados de corpos perfeitos, excludentes, portanto, das condições apresentadas pelas pessoas com deficiência, gerando narrativas que se incluem nos sentidos de capacitismo, enquanto preconceito a limitar, em seu enquadramento, a condição da pessoa à deficiência, como se essa condição a definisse completamente. Ademais, apresentam-se dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para mostrar a abrangência numérica desse grupo, em meio à população brasileira, bem como exemplos da base legal protetiva, já consagrada em nosso ordenamento.

A seu turno, a metodologia parte do estudo de caso, com análise qualitativa, focada na condição discursiva da mídia em comento, por meio do método de análise de conteúdo, em que se incluem não somente as narrativas escritas, mas a produção imagética desse meio de comunicação. Nesse sentido, também, se faz uma opção metodológica, baseada no princípio: “nada sobre nós, sem nós”, uma vez que, além de dois dos autores serem pessoas com deficiência, se juntam outras vozes, igualmente de pessoas com deficiência, para aprofundarmos a discussão sobre o tema.

## **2 CORPOS INADEQUADOS? ENTENDENDO A RELAÇÃO ENTRE O PRECONCEITO E O CAPACITISMO**

O preconceito em relação às pessoas com deficiência caracteriza-se como um mecanismo de negação social e de negação da diversidade de corpos existentes, já que a deficiência é reduzida à falta, à ineficiência, e os corpos são vistos como anormais, uma vez que fogem do que a sociedade chama de “normalidade”.

Para Mello (2016), o capacitismo é a materialização de atitudes permeadas pelo preconceito que categoriza os sujeitos conforme a adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Trata-se de um conceito presente no campo social que avalia as pessoas com deficiência



como desiguais, menos aptas ou incapazes de gerir suas próprias vidas, sendo que, para os capacitistas, a deficiência tem o caráter de um estado diminuído do ser humano.

Merecem destaque, no que diz respeito aos sentidos abrangidos pelas definições capacitistas, as afirmações de Vitória Bernardes (2019), psicóloga tetraplégica, integrante do Coletivo Feminista Hellen Keller, que é Conselheira Nacional de Saúde, segundo a qual:

O capacitismo está para a pessoa com deficiências assim como o racismo para pessoas negras e o machismo está para as mulheres; e se traveste da premissa da incapacidade e da improdutividade da pessoa com deficiência. O capacitismo é a estrutura que nos impede de estar no centro das decisões, ocupar espaços de poder ou ao menos nos sentir representados nesses espaços, além de impedir os acessos sociais, pois ele desconfigura a capacidade da pessoa com deficiência, desconsiderando a pluralidade e as diferenças na deficiência e supervaloriza capacidades que, muitas vezes, nem são necessárias para determinadas atividades. (BERNARDES, 2019, p. 01).

No entanto, como Débora Diniz (2007) pontua em seu livro *O que é deficiência*, ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida; uma vez que a deficiência faz parte de um corpo, como uma característica que sempre vai estar ali. Você não pode se livrar dela ou apenas deixá-la de lado por um tempo; ela vai com você para onde você for. Aqueles que já entendem o suficiente sabem que a deficiência não define ninguém completamente e que não é nenhum tipo de sentença de morte ou prisão.

Segundo o primeiro relatório mundial sobre a deficiência, emitido em 2011 e produzido em conjunto pela Organização Mundial de Saúde e pelo Banco Mundial, há mais de um bilhão de pessoas no mundo com algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 15% da população mundial. Como mostram os dados da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência produzida pela OMS e acolhida, no Brasil, pelo Governo Federal, através do Ministério da Saúde:

[...] cerca de 10% da população de qualquer país em tempo de paz possui algum tipo de deficiência, das quais: 5% é pessoa com deficiência mental; 2% com deficiência física; 1,5% com deficiência auditiva; 0,5% com deficiência visual; e 1% com deficiência múltipla. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, online, n.p.).

No Brasil, de acordo com o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declararam ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus), ou possuir deficiência mental / intelectual. Entretanto, os dados do Censo/2023 ainda não foram publicados, de forma que, baseando-se nos dados estatísticos das taxas de crescimento numérico da população, associado à incidência, nesse contexto, de pessoas com deficiência, provavelmente, essas quantificações atingem números ainda mais significativos. Porém, mesmo com



os dados defasados em cerca de 13 anos, impacta a quantificação assinalada, para se evidenciar as dimensões de sua abrangência.

No país, essa incidência significativa, com seus impactos sociais, vem sendo considerada por diversas construções jurídicas, cuja enumeração poderia fugir ao escopo do presente artigo, embora impacta se mencionar as duas mais atuais definições legais que tratam da questão. Nesse sentido, uma importante definição legal foi trazida pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, que trata do tema da seguinte forma:

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. (BRASIL, Decreto Legislativo nº 186/2008, p.01).

Da mesma forma, não se pode deixar de referir-se à definição de pessoa com deficiência prevista na Lei Brasileira da Inclusão, Lei nº 13.145/15, para evitar possíveis erros decorrentes das mais diversas conceituações que vieram a ser estabelecidas ao longo do tempo. Portanto, nessa lei, conhecida pela denominação de Estatuto da Pessoa com Deficiência, se tem a definição de que:

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em iguais condições com as demais pessoas. § 1º A avaliação, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:  
I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;  
II – os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;  
III – a limitação no desempenho de atividades; e  
IV – a restrição de participação”. (BRASIL, Lei 13.145/15, p.08).

Ademais, deve-se destacar que, em ambas as definições legais referidas, se apresenta a pessoa com deficiência, em nível pessoal, a partir de impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, mas se lança tais circunstâncias, no nível das interações com barreiras encontradas nas estruturas sociais, que as impeçam de vivenciar uma plena e efetiva participação no contexto dessa mesma sociedade. Portanto, para além dessas circunstâncias pessoais, com suas evidentes repercussões psicológicas, deve-se vir a considerar os fatores socioambientais que causam essa obstrução ao pleno desempenho de suas atividades.

Evidencia-se, logo, que os fundamentos legais para a equiparação de condições entre as pessoas com deficiência, às pessoas sem deficiência, já estão dados. Porém, uma análise mais abrangente dos contextos sociais em que as referidas barreiras socioambientais se mostram, indicam a necessidade de um grande esforço no sentido de modificar certos estereótipos e verdadeiros estigmas que se mostram ativos nessa mesma sociedade, de forma que o objeto de estudo, agora, se volta, justamente, para a linguagem midiática com que essas questões são apresentadas, para se poder verificar a forma como



essa linguagem midiática, especialmente pelos meios virtuais, reproduz esses estereótipos, como que reforçando um processo de sua consolidação no meio social.

Passa-se a considerar, portanto, o impacto da linguagem midiática sobre o entendimento e a percepção da deficiência, como um fator que desempenha um papel fundamental, seja na mudança de pensamento, seja na perpetuação dos estigmas e preconceitos alavancados pelo capacitismo. Assim, essas reflexões podem abrir espaço para outras discussões, igualmente relevantes, sobre como os meios de comunicação podem produzir empatia, sem se valer da comoção e sem reduzir a existência dessas pessoas à deficiência, aliando-se à luta contra o capacitismo, bem como sobre os impactos sociais e políticos que adviriam dessa mudança.

### 3 MÍDIA E DEFICIÊNCIA

Ao se propor uma análise da linguagem midiática que trata das pessoas com deficiência, se parte do pressuposto de que, através da narrativa utilizada, se está a retratar o contexto social, uma vez que a mídia, em sentido geral, apesar de todas as suas especificidades e meios e instrumentos de que se utiliza, está inserida, faz parte desse contexto e o transforma, mediando e produzindo significados. Mas, para além de mediadora e produtora, ela atua como disseminadora de conceitos e pré-conceitos, podendo modificar ou reforçar pensamentos existentes em sociedades inteiras.

Assim, essa condição discursiva da mídia, ao disseminar, produzir e consolidar significados, opera no âmbito próprio do imaginário social, ou seja, no conjunto de representações de sentidos que, no caso em comento, se referem às pessoas com deficiência. Nesse sentido, as narrativas midiáticas se inserem nesse contexto de representações do imaginário social, que, em seu caráter próprio, implicam em se tornar determinante de uma série de ações que se verificam no meio social no qual se inserem e do qual emanam. Sendo assim:

O laço social serve de cimento à vida em sociedade. Porém, só se atualiza pelas forças de valores partilhados, de imagens reverenciadas em conjunto e de sentimentos e afetos intensificados em comunhão. Não há laço social sem imaginário. O nó entre laço social e imaginário, em sociedades marcadas pela contradição e pelo conflito, depende do paradigma da complexidade: concilia-se o inconciliável nas vivências de cada dia. Na abstração racional, o contraditório deve ser expurgado. No concreto das práticas cotidianas, o paradoxo alimenta os imaginários. Em cada personagem, convivem o sim e o não, o bem e o mal, a verdade e a ilusão, a ideologia e a cultura, a compreensão e a explicação, o afeto e a desrazão. (SILVA, 2003, p.21).

Com o advento da internet, tais capacidades ficaram ainda mais fortes e evidentes, uma vez que a internet é um espaço público, que permite que informações cruzem fronteiras em questões de segundos. Portanto, valendo-se desses meios virtuais, a mídia consegue alcançar rapidamente um grande número de público com os mais diversos perfis e difundir, através da comunicação de massa e das estratégias de construção da narrativa, as informações desejadas. Nesse sentido, então, se estrutura o problema que a pesquisa pretende analisar, uma vez que por meio dessa comunicação de massa, se



pode impossibilitar a construção de pensamento crítico, pelo emprego de uma narrativa construída sob um olhar capacitista, em que a representação social da pessoa com deficiência segue sempre os mesmos padrões: a de ‘guerreiros-heróis’ que estão sempre buscando superar seus próprios limites ou os ‘pobres coitados’ que não passam de fardos para a sociedade.

O preconceito não está só na utilização errada de palavras e expressões, ele está presente sempre que pessoas com deficiências são invalidadas pela sua deficiência ou vistas somente a partir dela. Alseni Maria da Silva, em texto publicado no Observatório das Desigualdades (2022), assim se posiciona:

As atitudes capacitistas são diversas: um exemplo disso são aquelas que partem da concepção da deficiência como condição que limita o ser humano em sua totalidade, razão pela qual, qualquer conquista, ou atitude emancipatória adotada por pessoas é considerada como um ato de superação. Isso envolve uma “heroicização” das pessoas com deficiência que, quando comparadas com as demais, são colocadas em posições superiores, já que seu desempenho se sobrepõe. (SILVA, 2022, n.p.).

Nesse mesmo sentido, estando entre os milhões de brasileiros que vivem com uma deficiência, o jornalista, escritor e psicólogo Emílio Figueira, comenta sobre a representação social da pessoa com deficiência e a importância da mídia neste contexto:

Não adianta reabilitar o indivíduo física, intelectual e profissionalmente se a sua imagem não for recuperada perante a sociedade, de maneira que esta o aceite naturalmente. Dessa forma, os meios de comunicação de massa [...] surgem como as principais alternativas para este fim. (FIGUEIRA, 2011, n.p.).

Entretanto, ainda que a mídia possa transformar o contexto social em que vivemos, ela pode também perpetuar um entendimento estereotipado, promovendo “a discriminação, influenciando sistematicamente as percepções, interpretações e julgamentos” (DOVIDIO et al., 2010, p. 7 apud BIROLI, 2011, p. 80). Ao mesmo tempo, entendimentos estereotipados “podem também derivar e ser reforçados por formas de discriminação, justificando disparidades entre os grupos sociais” (DOVIDIO et al., 2010, p. 7 apud BIROLI, 2011, p. 80). A mídia, ao disseminar estereótipos combinados com a linguagem apelativa, se desvia do interesse pela mudança do contexto social em proveito do lucro e da visibilidade. Como lembra Flávia Biroli citando Lippmann (2008), “a visão dos fatos depende de ‘onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos’” (BIROLI, 2011, p. 87). (Textos apresentados em tradução livre pelos autores).

Cabe ressaltar, então, uma vez expostos os pressupostos teóricos capazes de esclarecer aspectos do objeto de estudo e, para dar conta de tais objetivos, de demonstrar as expressões de que se vale a linguagem midiática, se apresentam, no tópico a seguir, as facetas de como é construída a narrativa capacitista do site brasileiro Razões para Acreditar. Trata-se, dessa forma, de focar esse estudo em um canal midiático presente no espaço virtual da Web, que coleciona milhões de seguidores nas redes



sociais, comove os leitores de todas as regiões do país e reforça preconceitos sobre as vidas de pessoas com deficiência.

#### **4 ESTUDO DE CASO: RAZÕES PARA ACREDITAR: TEMOS?**

Para se poder analisar a forma como a narrativa capacitista é construída, a mídia escolhida foi o site “Razões para acreditar”, que conta com 5.2 milhões de seguidores em sua conta no Instagram e 158 mil seguidores no LinkedIn; de forma que essa abrangência significativa forneceu o critério que definiu sua escolha. Ademais, além desse critério de abrangência, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo. (BARDIN, 2004), com base em duas categorias, ou seja, a categoria de linguagem apelativa e a categoria de sentimento de comoção. Assim, chegou-se a uma característica comum a todas as matérias abordadas pelo site, isto é, o uso de linguagem apelativa para despertar, no leitor, o mais profundo sentimento de comoção.

A seu turno, na análise do conteúdo das matérias apresentadas pelo site, através desse estudo de caso, com o objetivo de se mostrar a construção dessa representação social específica, utilizou-se, novamente, do método proposto por Bardin (2004), com a elaboração de duas categorias associadas ao segmento em estudo, quando passam a ser definidos, ora como ‘guerreiros-heróis’, ora como ‘fardos-pobres coitados’, ao se referirem às vivências de pessoas com deficiência. Por sua vez, a análise se reveste do caráter qualitativo, na medida em que, a partir de tais categorias, se identificam os significados básicos apresentados pelas narrativas do site, para se ressaltar esse vínculo indissociável entre a construção do imaginário social capacitista em relação às pessoas com deficiência e os sujeitos que dele participam, a partir de uma relação dinâmica entre eles. (PRODANOV e FREITAS, 2009).

Cabe destacar, ainda, que tais métodos de análise de conteúdo das matérias apresentadas, pelo viés qualitativo, enquanto estudo de caso do site, se referem a um conceito de linguagem midiática mais amplo, em que se consideram, igualmente, o uso de imagens na construção narrativa. Portanto, não somente o que está escrito, mas, também, o conteúdo expresso por imagens, integra o que se considera como construção narrativa. Assim, ao entrar no site, o internauta se depara com uma interface cheia de títulos e imagens que despertam comoção quase que imediata, bem como, ao clicar em qualquer uma das histórias disponíveis, se depara com textos escritos para sensibilizar; e, ao final de cada texto, existe um link de arrecadação de doações para o personagem principal da história.

Nota-se, ao se fazer uma análise da mídia kit da plataforma, que empresas, grandes e renomadas, atuam como parceiras do projeto, mostrando que a linguagem apelativa tem não só o papel de comover quem lê, mas, principalmente, de arrecadar recursos financeiros. Portanto, é o tipo de narrativa que vende, que enriquece e traz prestígio a quem organiza esse tipo de enfoque midiático específico. Logo, a forma como os personagens são retratados e a narrativa capacitista articulada leva à comoção na construção das histórias, o que passa a ser como ingredientes essenciais para a geração



de lucro. No caso específico das histórias de pessoas com deficiência veiculadas pelo site, o padrão segue o mesmo: ou os personagens retratados são heróis, guerreiros que superaram barreiras e estão vivendo suas vidas apesar de suas deficiências, ou são retratados como pobres coitados que não são vistos como integrantes da sociedade e dificultam a vida daqueles que estão por perto, ou seja, são considerados como fardos.

A seguir, então, se apresentam quatro histórias publicadas no site “Razões para Acreditar” (RPA), que explicitam, claramente, o modo como a narrativa adotada pelo site reforça estereótipos sobre pessoas com deficiência e reproduz o capacitismo através da comoção, sempre as colocando em posições de “heróis” ou de “fardos”. Vale lembrar que “esses estereótipos permeiam a sociedade de um modo que faz com que não sejam percebidos como algo que pode ser questionado” (YOUNG, 1990, p. 59, em tradução livre pelos autores).

Ao elencar os casos específicos em estudo, passa-se a trazer a informação de autoria das referidas matérias, quando apresentadas, ou se as mesmas se referem à própria redação geral do site, sem autoria declarada. Ademais, se acrescentam imagens apresentadas no site, em cada caso, bem como se indica o link onde as mesmas, juntamente com os vídeos respectivos, podem ser acessadas, pois sua apresentação completa, nesse artigo, excederia os limites estabelecidos para a exposição do próprio estudo. Entretanto, como, além do texto escrito, se faz análise das imagens, este recurso se mostra relevante para a compreensão da proposta.

## 4.1 OS OLHOS DE QUEM NÃO VÊ

### 4.1.1 Caso 1 – redação RPA<sup>1</sup>

A criança, uma garota de 12 anos, mora com os seus pais e dois irmãos. Todos na família, exceto a menina, têm deficiência visual. Conforme escrito pelo Razões para Acreditar, é ela quem cuida da casa, lava a louça, leva a família ao mercado, à farmácia, ao hospital e onde mais precisarem ir. Ainda segundo o site, a criança é “os olhos da família”.

### 4.1.2 Caso 2 – Rafael Melo<sup>2</sup>

A menina, um bebê de, apenas, 2 anos, vive com os pais, que são deficientes visuais. Conforme citado no texto do Razões para Acreditar, a criança é uma luz na casa da família e veio para iluminar a vida deles, pois ajuda os pais a caminhar, a usar o celular e até a evitar acidentes com objetos pela casa. De acordo com o site, ela foi orientada sobre a deficiência dos pais depois de nascer e logo entendeu a limitação deles e passou a ajudá-los e a mostrar as coisas utilizando o tato.

<sup>1</sup><https://razoesparaacreditar.com/crianca-unica-que-enxerga-na-familia-ganha-vaquinha-para-reformar-sua-casa/#:~:text=Ana%20Beatriz%2C%2012%20anos%2C%20mora,hospital%20e%20onde%20precisarem%20ir>

<sup>2</sup> <https://razoesparaacreditar.com/filha-pais-cegos/?noamp=mobile>



Em ambos os casos, existem semelhanças óbvias para quem lê: as protagonistas possuem pais com deficiência visual, são as únicas de suas famílias que conseguem enxergar; e ambas são crianças. Para além das semelhanças óbvias, existe aquela que subjaz à narrativa, mas que vai ao encontro do tema deste artigo: as narrativas capacitistas atreladas à comoção.

Nos dois casos apresentados, a narrativa é construída de forma invertida, colocando as personagens principais no papel de cuidadoras daqueles que, na realidade, deveriam ser seus cuidadores. Ainda que sejam crianças e precisem de cuidado e apoio para se desenvolverem, elas são colocadas como o alicerce da família, por terem a capacidade de enxergar, enquanto seus pais são colocados em um lugar de incapacidade e invalidez por serem deficientes visuais.

Através de expressões e palavras utilizadas nos textos, o site reforça a ideia que já existe sobre pessoas com deficiência: a incapacidade de desempenhar tarefas cotidianas, a necessidade de ter sempre alguém por perto para auxiliar e, além disso, o peso que é para os “cuidadores” de pessoas com deficiência estarem nessa posição. Mas será mesmo que a deficiência – sobretudo a deficiência visual que é a pauta das histórias citadas – torna os indivíduos inválidos e incapazes de desempenhar tarefas diárias?

No caso 1, existe um vídeo breve que mostra a mãe e a criança cozinhando. No vídeo é possível ver que a garota recebe instruções da mãe sobre o que fazer e como fazer, não estando sozinha em momento algum ao executar a tarefa.

No caso 2, existe um vídeo de uma matéria feita com a família por uma emissora de tv. Ele foi postado no Instagram da criança de 2 anos e mostra um recorte da rotina da família. Ainda que o vídeo possua uma narrativa capacitista e também coloque a menina como sendo “os olhos da família”, algumas das cenas demonstram que os pais são plenamente capazes de cuidar da filha e que na rotina deles existem ferramentas que contribuem para a realização de tarefas.

No vídeo, se vê a mãe penteando e arrumando os cabelos da criança; se vê também, a família passeando. Nele, ainda é possível ver que a menina anda segurando na mão do pai, que perdeu totalmente a visão; e atrás dela está a mãe, que possui de 5% a 10% da visão. Na cena do passeio, é possível notar que a garotinha usa uma mochila nas costas e que, a essa mochila está ligado um elástico, que a mãe segura enquanto caminha. Com esse elástico, os pais conseguem ter noção de que a menina está perto deles e não a perdem enquanto caminha. No Instagram em que a família compartilha o dia a dia, existem vários conteúdos que mostram como os pais realizam tarefas cotidianas: desde conteúdos explicando como usam os recursos de acessibilidade do celular até como manuseiam medicamentos sem precisar de ajuda de terceiros.

Analisando os dois casos apresentados, percebe-se que as personagens principais não exercem o papel de cuidadoras dos pais. Ainda que a narrativa utilizada as coloque nessa posição, os pais conseguem realizar tarefas por si mesmos e de cuidado com os filhos. No caso da criança de 12 anos,



o fato de ela ajudar os pais nas tarefas domésticas não significa que os pais não a realizem. Já no caso da menina de 2 anos, ela reproduz o que vive em casa, a forma como os pais realizam as tarefas é algo comum para ela, não discernindo ainda o que seja ajudar em tarefas. Portanto, nenhuma das crianças dos casos analisados se constituem, como afirma o site, em “os olhos da família”. Por outro lado, nenhuma das duas famílias representa um fardo para as duas crianças. No entanto, a narrativa articula essa ideia produzindo o efeito de comoção.

## 4.2 SUPERANDO O INSUPERÁVEL

### 4.2.1 Caso 3 – Gabriel Pietro<sup>3</sup>

Sendo o único responsável pelo sustento da família, um idoso, de 72 anos com deficiência auditiva e motora, percorre, em uma cidade no interior paulista, quilômetros, todos os dias, vendendo picolés. Em um dia com “boas vendas” arrecada um total de R\$30,00. Segundo o site, o personagem principal mora com mais quatro pessoas em sua casa, que foi construída dentro da realidade financeira da família, com o dinheiro recebido pela aposentadoria do homem de 72 anos.

Além disso, o site reforça que uma das moradoras da casa não consegue sair para trabalhar, pois possui “um problema na visão e não enxerga quase nada”, que a outra moradora, sua sogra, tem 83 anos; e que os jovens que residem na casa estão em busca de emprego. Sendo assim, o idoso é o único a levar recursos financeiros para o sustento da casa.

### 4.2.2 Caso 4 – Gabriel Pietro<sup>4</sup>

Esse caso é sobre a história de um jovem de 24 anos que, conforme escrito no site, apesar de não possuir os dois braços e ter nascido com uma má formação nas pernas, jamais desanimou do sonho de se tornar um habilidoso programador. O escritor da matéria ainda completa que “suas limitações físicas podem ser um fator restritivo em alguns aspectos de sua vida, mas não impedem que jovem tenha uma carreira profissional brilhante e celebrada por amigos e colegas. ”

Conforme escrito pelo Razões para Acreditar, o personagem fez uma postagem em seu LinkedIn que rendeu quase 70 mil curtidas e mil comentários dos internautas, que exaltaram sua independência e conhecimento na área. O autor da matéria ainda completa escrevendo que o programador é uma inspiração.

Em ambos os casos apresentados, a narrativa capacitista usa da comoção e coloca as pessoas com deficiência em uma posição de inspiração, fazendo-as serem vistas como exemplos de superação (guerreiros-heróis), que vivem suas vidas conforme suas realidades e apesar de suas deficiências.

<sup>3</sup> <https://razoesparaacreditar.com/idoso-anda-kms-vendendo-picoles-vaquinha/>

<sup>4</sup> <https://razoesparaacreditar.com/jovem-sem-bracos-def- pernas-programador-rj/>



No primeiro caso, o texto do site é acompanhado de um vídeo feito por alguém que vê o idoso empurrando seu carrinho de picolé e o chama, a fim de comprar todos os picolés restantes. O vídeo é acompanhado por um texto onde se lê: “Ele é deficiente, idoso e não desiste nunca! Parabéns pela persistência em ser brasileiro e honesto trabalhador!”; evidenciando um certo modo como a sociedade enxerga a pessoa com deficiência: um exemplo de determinação e persistência, que não se deixa impedir pela deficiência. Uma inspiração, um guerreiro, um herói.

Contudo, no Brasil, pessoas sem deficiência que são a única fonte de renda da família, persistem todos os dias; mas a necessidade delas não é romantizada, porque se sabe que o trabalho é o que lhes proporciona renda. Não se trata de determinação, mas, sim, de sobrevivência. Se pode questionar se não é o mesmo que ocorre com esse idoso, enquanto pessoa com deficiência, ou seja, trata-se de sobrevivência, mas que, aqui, é romantizada pela condição que apresenta.

Ao descrever um idoso de 72 anos que possui deficiências como “alguém que mantém uma rotina de jovem”, o site reforça o estigma capacitista; e, também, o etarista, ou seja, o preconceito em relação à faixa etária, ao afirmar que ele é uma inspiração pois “não se deixa abater”, apesar de sua deficiência e de sua idade.

Analisando por outro ângulo, distante da comoção produzida pela narrativa capacitista, percebe-se que, se há algo a ser “superado”, não é a deficiência, mas a pobreza. Assim como as histórias de pessoas sem deficiência que “equilibram pratos” para conseguirem o mínimo, a história do personagem escancara as falhas, a pobreza e o desamparo do sistema em que vivemos. A diferença está na forma como a sociedade enxerga pessoas com deficiência e em como o site se aproveita dessa visão social para construir a matéria.

No segundo caso, após mencionar o post no LinkedIn, o site cita exemplos de comentários feitos por quem leu a postagem na plataforma:

Exemplo 1: “Caraca, seu post foi um tapa na minha cara e recado para parar de me preocupar com o que não vale a pena. ”

Exemplo 2: “Sucesso. Saiba que sua mensagem girou o Mundo, eu falo de Angola, África e já vejo em ti uma fonte de inspiração e superação. Seu post nos dá força de seguirmos firmes e reclamar menos da vida e valorizar as pequenas coisas! ”

No caso do jovem programador, ele é visto como um guerreiro que serve de inspiração para outras pessoas, pois mesmo com uma deficiência ele corre atrás dos sonhos. Além disso, as pessoas o usam como modelo para “reclamar menos” e “para parar de se preocupar com o que não vale a pena”. Por acreditar que ter uma deficiência é um fardo, a sociedade cria a, que pessoas com deficiência não têm sonhos, que odeiam as suas vidas e que não têm o direito de reclamar de nada.

Conforme citado na matéria do caso dois, o programador teve seu vasto currículo rejeitado pois a vaga de emprego não era destinada a pessoas com deficiência; e segundo o personagem, pessoas com



deficiência são apenas números para preencher a obrigatoriedade da Lei de Cotas. Ressalta-se, aqui, que essa Lei de Cotas para PCD 8213/91 – Lei nº 8.213/1991, passou a ser conhecida como lei de contratação de PCD (Deficientes) nas Empresas; dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências para a contratação de portadores de necessidades especiais. No que se refere às contratações, especificamente, determina em seu art. 93:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados:2%; II - de 201 a 500:3%; III - de 501 a 1.000:4%; IV - de 1.001 em diante:5%. (BRASIL, Lei nº 8.213/91).

Nesse caso, portanto, como as empresas estão obrigadas a contratar pessoas com deficiência, de acordo com os dados numéricos referidos, provavelmente a empresa para a qual o currículo fora enviado já completara seu quadro nessas condições, de forma que não contratou o programador, fazendo valer não o seu currículo, como pessoa e profissional, mas sua condição, como se a deficiência o definisse completamente. A seu turno, porém, a referida lei não proíbe a contratação de pessoas com deficiência com base em seu currículo e não exige que uma pessoa com deficiência seja contratada somente em função da cota reservada a essa condição. Ademais, destaca-se, ainda, o problema da nomenclatura empregada, pois, à época, utilizava-se a expressão “portadores de deficiência”, como se essa condição fosse algo carregada por alguém e que, logo, poderia desfazer-se dela; em segundo, a utilização da expressão PCD, que reduz a pessoa somente a uma sigla, reforçando a deficiência e não a condição de pessoa.<sup>5</sup>

Assim, para os capacitistas, não há nada pior do que ter deficiência; e mesmo que a legislação estabeleça critérios de equiparação, estes passam a ser interpretados, quando de sua aplicação, de forma restritiva, fazendo valer não a habilitação geral da pessoa, via currículo, mas a condição da deficiência. Mas aqueles que sentem o capacitismo na pele, todos os dias, sabem que o problema não está na deficiência, mas, sim, na sociedade e na exclusão social imposta por ela.

Portanto, através dos estudos de caso realizados sobre histórias reais, que foram publicadas no site Razões para Acreditar, fica evidente como a mídia reforça estereótipos existentes na construção da representação social de pessoas com deficiência, seja retratando-as como heróis, que superam suas deficiências para realizarem o que precisam e desejam, ou como fardos, que não conseguem realizar por conta própria nem mesmo tarefas básicas do dia a dia. Assim, em razão da pouca discussão sobre o preconceito que atinge essa parcela de cerca de 25% da população brasileira, o que já nem pode mais

---

<sup>5</sup> Maiores informações acerca do problema da nomenclatura empregada em relação às pessoas com deficiência podem ser consultadas no artigo: “As transformações da nomenclatura de referência à pessoa com deficiência e o impacto social para a inclusão”, de autoria de Antônio Janiel Ienerich da Silva e de Henrique Alexander Grazi Keske, publicado pelo Brazilian Journal of Development, que pode ser acessado em: <file:///D:/Downloads/admin,+ART.+107+BJD.pdf>



ser considerado como minoria, bem como do desconhecimento sobre como o preconceito atua e por estar enraizado na sociedade, o discurso capacitista continua predominante, reproduzindo as dinâmicas sociais e se articulando às dinâmicas econômicas, mostrando-se bastante lucrativo, fazendo com que seu uso seja cada vez mais normalizado, dificultando a modificação de concepções existentes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão fundamental que se procurou, então, evidenciar, diz respeito à própria definição, hoje, estabelecida, ao se tratar não da deficiência, colocando-a em primeiro lugar e antes mesmo da afirmação de que se trata de uma pessoa. Portanto, a expressão correta se refere à pessoa com deficiência, pois, dessa forma, logo fica claro que se trata, antes de quaisquer outras considerações, de um ser humano, uma pessoa, em que se manifesta uma condição, a deficiência, que não a define por completo, mas que se constitui mais até como um traço identitário. Eis aí a necessária mudança de paradigma para que se opere uma desconstrução dos estereótipos e, mesmo, dos estigmas que, ao longo do tempo, passaram a ser associados à deficiência, limitando, ou obstaculizando todas as demais possibilidades de participação social da pessoa com deficiência.

Entidades originárias da sociedade civil organizada, que atuam em defesa da instauração ou ampliação dos direitos das pessoas com deficiência lograram instalar um sistema legal protetivo, como os referidos, conseguindo, inclusive, gerar uma agenda política capaz de desencadear algumas políticas públicas voltadas para concretizar tais direitos. Nesse sentido, se percebe essa mudança paradigmática, em que, fundamentalmente, se desloca a questão da deficiência dos âmbitos médio-biológicos e, logo, centrados nas condições particulares de cada um, para afirmar que a deficiência se relaciona com os aspectos socioambientais e obstáculos sociais que impedem a plena participação da pessoa com deficiência.

Entretanto, ainda subsistem estigmas e estereótipos, como, principalmente, o que considera a pessoa como desabilitada, em nível geral, não apenas para alguma atividade específica, ou com restrições diante de certos obstáculos, quando o que ocorre, entretanto, se refere a que pode estar perfeitamente habilitada para uma série de outras funções sociais e atividades, incluindo as atividades profissionais, em todos os âmbitos. Da mesma forma, quando a pessoa com deficiência obtém algum resultado nessas atividades, acaba sendo apontada como exemplo de superação, surgindo as definições de “guerreiros-heróis”, ou, então, passa a ser considerada como um “pobre-coitado”, um fardo para a sociedade. Tais estigmas e estereótipos, a seu turno, são expressos, cotidianamente, nos veículos de comunicação de massa, notadamente nas plataformas digitais, desencadeando o caso que o estudo se propôs a examinar.

Por conta disso, ocorreu a motivação do presente estudo, para evidenciar, por meio do site em comento, considerado como uma amostragem, o papel desempenhado pela mídia, ao reforçar tais



estigmas e estereótipos, por apresentar as pessoas com deficiência como incluídas em uma ou ambas as categorias, ou seja, como “guerreiros-heróis”, ou como “pobres-coitados/fardos sociais”. A seu turno, isto que se pôde demonstrar pela análise da linguagem que as matérias consultadas apresentam, tanto em suas construções discursivas, propriamente ditas, quanto imagéticas, mediante fortes apelos emocionais, com a finalidade de gerar comoção social, pela exposição da deficiência.

O presente estudo, portanto, se insere no contexto de apresentar um aprofundamento dessa discussão, no sentido de propor que a mídia, de uma maneira geral, ao invés de reforçar tais estereótipo e estigmas, seja por qual finalidade for, se engaje em desempenhar outro papel fundamental a ela reservada, como criadora de conteúdo e, logo, como influenciadora social, para que tais estigmas e estereótipos sejam desconstruídos, desvelando e desmistificando posições diante de pessoas com deficiência. Dessa forma, estaria contribuindo para que se criem condições concretas para uma efetiva inclusão social e acessibilidade, em nível geral, promovendo situações de real equiparação entre pessoas com e sem deficiência.



## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BERNARDES, Vitória. Você sabe o que é capacitismo? Acesso em: 25.10.21. Disponível em: <https://maisautonomia.com.br/2019/02/25/o-que-e-capacitismo/>

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. Dossiê: Mídia, Política e Democracia. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, Brasília, n. 6, p. 71-98, dez. 2011. Acesso em: 14. abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/ZfDzKkjjRqhx5J9xRqzsbhF/>

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Acesso em: 12.06.23. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizConsolidacao/comum/37518.html>

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso/2010. Pessoas com Deficiência. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 25.10.21.

BRASIL. Lei nº 8.213/91. Acesso em: 31.05.22. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)

BRASIL. Decreto Legislativo 186/2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Acesso em: 12.06.23. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm)

BRASIL. Lei nº 13.146/15. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Acesso em: 06.06.22. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FIGUEIRA, E. As deficiências representadas na mídia e o papel da psicologia social. *Planeta Educação*. 2011. Acesso em: 24 mar. 2011. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1871>.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC/2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF>. Acesso em: 25.10.2022.

OMS – Organização Mundial de Saúde. Relatório Mundial sobre Deficiência. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020\\_por.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf) Acesso em: 12.06.23.

PIETRO, Gabriel. Vaquinha para idoso com deficiência nas pernas que vende picolé bate a meta em 5 horas. Razões para Acreditar, 27 de julho de 2022. Disponível em: <https://razoesparaacreditar.com/idoso-anda-kms-vendendo-picoles-vaquinha/> Acesso em: 13. abr. 2023.



Jovem que nasceu sem braços e com deficiência nas pernas se torna programador habilidoso no RJ. Razões para Acreditar, 01.12.2021. Disponível em: <https://razoesparaacreditar.com/jovem-sem-bracos-def-pernas-programador-rj/> Acesso em: 13 abr. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ermani César de. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, Editora FEEVALE, 2009.

RAFAEL MELO. Menina de 2 anos ajuda pais deficientes visuais a caminhar e usar o celular Razões para Acreditar.14.11.2019. Disponível em: <https://razoesparaacreditar.com/filha-pais-cegos/?noamp=mobile> / Acesso em: 12. abr. 2023

RAZÕES PARA ACREDITAR. Redação geral do site.Criança de 12 anos e a única que enxerga na família, ganha vaquinha para reformar sua casa. 19 de novembro de 2021. Disponível em: <https://razoesparaacreditar.com/crianca-unica-que-enxerga-na-familia-ganha-vaquinha-para-reformar-sua-casa/#:~:text=Ana%20Beatriz%2C%2012%20anos%2C%20mora,hospital%20e%20onde%20precisa%20rem%20ir> . Acesso em: 13. abr. 2023.

SILVA, Juremir Machado da. As Tecnologias do Imaginário. Rio Grande do Sul: Editora Sulinas, 2003.

SILVA, Maria Alseni. Capacitismo. Observatório das Desigualdades, UFRN, 31 de julho de 2022. Acesso em: 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.observatoriodasdesigualdades.ccsa.ufrn.br/post/capacitismo>

YOUNG, Iris Marion. 1990. Justice and the politics of difference Princeton: Princeton University Press.